

DICAS

PÓLIS - ILDES FES

IDÉIAS PARA A AÇÃO MUNICIPAL

Apoio: **UNICEF**

1999

DS Nº 126

ANDREZINHO CIDADÃO

Parcerias e coordenação centralizada das ações já existentes aumentam a eficácia dos programas de atendimento a crianças e adolescentes em situação de risco.

Crianças e adolescentes morando ou passando o dia nas ruas é uma realidade comum à maioria dos municípios brasileiros. Em geral, várias secretarias ocupam-se deles, cada uma preocupada com um dos aspectos envolvidos: educação, saúde, lazer, violência, trabalho, uso indevido de drogas, etc. Constatou-se que as prefeituras mobilizam muitos recursos para garantir os direitos destas crianças e adolescentes mas, como a atuação das diversas secretarias e órgãos não tem uma coordenação centralizada e os esforços são desconectados entre si, a situação só piora, e há cada vez mais crianças e adolescentes nas ruas das cidades.

A Prefeitura de **Santo André-SP** (625 mil hab.) estima em 150 o número de crianças e adolescentes de rua no município. Em sua maioria são meninos, de 6 a 18 anos. Para enfrentar o problema, criou o Programa Andrezinho Cidadão, conseguindo bons resultados ao integrar a ação das diversas secretarias municipais que já tinham políticas de atendimento às crianças e adolescentes em situação de risco mas que atuavam isoladamente. O Programa existe desde dezembro de 1997, sob a coordenação da Secretaria da Cidadania e Ação Social, que é responsável pelo programa de renda mínima, políticas voltadas para a mulher, jovens, idosos, portadores de deficiência, crianças e adolescentes. A equipe do Programa é composta por um coordenador, 12 educadores, 10 técnicos de saúde para a unidade de atendimento a crianças e adolescentes

envolvidas com drogas e três oficinairos. A equipe, com exceção do coordenador, foi contratada especialmente para o Programa.

■ ETAPAS

A primeira fase do Programa é realizada na rua e consiste na formação de vínculos entre os profissionais de educação social e as crianças, através de atividades lúdicas e esportivas. Para isto, foram criadas três oficinas: teatro e artes plásticas, reciclagem e percussão. Estas oficinas são oferecidas a cada dia da semana num local diferente: na rua, no clube da Pirelli Cabos, no centro de tratamento a crianças e adolescentes envolvidas com drogas, nas estações de reciclagem, etc. Os oficinairos montam peças de teatro que são apresentadas às segundas-feiras à tarde ("Show da Hora") para envolver as crianças e a população, divulgando o programa e conscientizando sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente.

Depois que os educadores estabelecem um vínculo e conhecem a história da criança, são visitadas as famílias, conhecendo a sua situação e descobrindo os motivos que levaram a criança a sair de casa. Caso a criança se disponha a voltar a morar com sua família, são feitas sugestões para solucionar os problemas que a levaram para a rua.

Se a família estiver passando por dificuldades financeiras, por exemplo, a prefeitura a inclui em seu programa de renda mínima (veja *DICAS nº 48 e 50*). Se o problema for a falta de tempo dos pais para cuidarem de seus filhos, por estarem o dia inteiro no trabalho, a Prefeitura oferece a estas crianças atividades extra-curriculares. Através de parcerias com entidades públicas ou não-governamentais, crianças e adolescentes podem passar parte do dia na escola e outra parte em uma entidade, onde recebem reforço escolar e podem brincar, participar de atividades esportivas e de cursos, de acordo com seu interesse.

Quando a criança não quer ou não tem como voltar a viver com sua família, é encaminhada para abrigos, onde recebe cuidados médicos, higienização. Também estas crianças voltam para a escola e participam de atividades extra-

curriculares. As crianças não são obrigadas a permanecer, mas, em geral, elas têm preferido morar nos abrigos a viver na rua.

■ INTEGRAÇÃO

A intersetorialidade do programa é um dos principais fatores do seu sucesso. A coordenação centralizada de serviços específicos que, em sua maioria, já eram oferecidos pelas secretarias, permite à administração municipal maior eficiência no atendimento às crianças e adolescentes em situação de risco, sem um grande aumento nos custos. A Secretaria de Educação e Formação para o Trabalho assume o salário dos educadores sociais e dos oficinairos (o gerenciamento destes profissionais contratados especificamente para o programa fica por conta da Secretaria da Cidadania e Ação Social), além de desenvolver um projeto de prevenção e combate à violência. A Secretaria de Administração fornece transporte (peruas-kombis) e um guarda municipal que também exerce a tarefa de motorista. A Secretaria de Desenvolvimento Econômico dá apoio às famílias, oferecendo a elas a chance de participar do programa "Banco do Povo", que oferece crédito para pequenas iniciativas. Além disso, colabora na captação de recursos financeiros junto a empresas privadas.

A Secretaria da Cultura, Esporte e Lazer oferece atividades como shows, esportes, etc. No carnaval de 98, por exemplo, a abertura do desfile das principais escolas de samba do município foi feita pelo bloco Andrezinho Cidadão, formado por crianças do Programa.

A Secretaria de Serviços Municipais oferece alguns cursos profissionalizantes para os adolescentes, como jardinagem e reciclagem de lixo. No curso de reciclagem, os adolescentes aprendem não só técnicas de reciclagem, em si, mas também de produção de objetos a partir do lixo reciclado, como papéis e agendas que são comercializados.

A Secretaria da Saúde, além de Hospitais Municipais e serviços rotineiros de tratamento de saúde, dispõe também de um centro para tratamento de pessoas envolvidas com drogas, o que muitas vezes é necessário no atendimento a crianças

e adolescentes que saem das ruas.

Representantes das diversas secretarias reúnem-se mensalmente para apresentar o que está sendo feito, as dificuldades e os resultados obtidos em cada área, e são estabelecidas novas metas e prazos.

Além de integrar ações das diversas secretarias que atendem diretamente crianças e adolescentes, a Secretaria da Cidadania e Ação Social também mantém ligação com programas coordenados por outras secretarias e órgãos da administração pública, como o "Centro Convida", cujo objetivo é reformular o centro da cidade de Santo André, e o "Enfrentamento à Exclusão Social", coordenado pelo Gabinete do Prefeito, e que organiza as áreas que trabalham com excluídos. Uma outra proposta do Andrezinho Cidadão, mas que ainda não foi implementada, é a criação de vagas por parte da Prefeitura para que os adolescentes que cometeram atos infracionais prestem serviço à comunidade. Um técnico (psicólogo ou assistente social) monitorará não só o menino e sua família, mas também o profissional com quem este adolescente estará trabalhando diretamente. Trata-se de um projeto comum aos sete municípios do Consórcio Intermunicipal do Grande ABC, e contará com a participação da Vara da Infância e da Juventude e do Conselho Tutelar.

■ PARCERIAS

A estrutura do Programa Andrezinho Cidadão conta ainda com parcerias fora da Prefeitura. A Pirelli Cabos disponibilizou o clube da empresa para que as crianças e adolescentes tenham um espaço de lazer e esporte, além de contribuir financeiramente para o Fundo da Criança e do Adolescente (veja DICAS nº 123). A Mesbla/Mappin ofereceu sua Colônia de Férias para que as crianças pudessem passar três dias na praia. Algumas outras empresas, como a CTBC, por exemplo, oferecem apoio financeiro. O Sindicato dos Contabilistas, a Associação Comercial e Industrial de Santo André (ACISA) e os diversos sindicatos dos trabalhadores divulgam o programa às empresas e pessoas físicas, com o objetivo de captar recursos.

Há também a colaboração de entidades sociais sem fins lucrativos como é o caso da Kolping, entidade alemã, que no Brasil prioriza o trabalho com crianças e adolescentes. Os dois abrigos (um feminino e outro masculino) utilizados pelo Programa foram disponibilizados pela entidade. Ela é responsável pela sua gestão, recebendo repasse de verbas da Prefeitura. A entidade contratou aproximadamente 15 educadores para trabalhar nos abrigos. Reuniões semanais entre

a equipe e a prefeitura garantem que o trabalho seja feito de acordo com o planejamento da Secretaria da Cidadania e Ação Social.

■ DIFICULDADES

As dificuldades encontradas foram basicamente como implementar o processo, como contratar determinados profissionais, como substituí-los, como reunir todas as secretarias e como convencer os envolvidos da importância do projeto.

Para envolver as secretarias, o programa foi apresentado em reuniões abertas, onde os funcionários puderam compreender a dimensão da proposta e sugerir as contribuições que a sua área poderia oferecer.

A Secretaria da Cidadania e Ação Social tem conseguido solucionar os problemas enfrentados, com a ajuda do Conselho Municipal da Criança e do Adolescente, criado em 1991, que tem contribuído com idéias e repasse de recursos financeiros do Fundo da Criança e Adolescente. Todas as doações de pessoas físicas e jurídicas são revertidas para o Fundo, que também conta com verbas do Orçamento da Prefeitura. A Secretaria da Cidadania e Ação Social periodicamente apresenta uma avaliação do programa para o Conselho.

RESULTADOS

O Programa Andrezinho Cidadão possibilitou à cidade de Santo André desenvolver uma política eficiente para o atendimento de crianças e adolescentes em situação de risco, resgatando-os como sujeitos de direitos.

De dezembro de 1997 até setembro de 1998 passaram 320 crianças pelo programa, sendo 56 as crianças que viviam na rua e 264 as que passavam o dia na rua. Do total, 87 retornaram para a família, 64 foram encaminhadas para os abrigos geridos pela Kolping, 15 foram para abrigos em outros municípios e 14 retornaram para suas cidades de origem.

Com o Programa Andrezinho Cidadão, as crianças em situação de risco têm a oportunidade de sair das ruas, dispor de uma moradia digna, re-

tornar à escola, obter cuidados médicos e de higiene, além de receber a atenção de profissionais da área da educação.

O sucesso do Programa mostra que é possível à administração pública coordenar vários esforços de diferentes áreas para atin-

gir um único objetivo, otimizando os recursos disponíveis e promovendo resultados mais consistentes, na medida em que os diferentes serviços que já eram oferecidos passam a estar interligados. Parcerias com empresas privadas e organizações não-lucrativas, en-

volvendo o Conselho da Criança e do Adolescente também aumentam a eficiência e a eficácia da atuação da prefeitura.

A ação integrada envolvendo as famílias das crianças, procura solucionar a origem do problema que leva a criança para a rua e não um remédio provisório. Nos casos em que as crianças não querem, ou não podem, voltar para suas famílias, os abrigos procuram oferecer uma oportunidade digna de vida, sem descuidar da educação e da formação das crianças e dos adolescentes.

Desenvolvendo uma parte do trabalho na rua, o Programa pode fazer com que toda a população tome contato com os direitos das crianças e dos adolescentes e despertá-la para que participe na busca de soluções para o problema.

RESULTADO DO PROGRAMA ANDREZINHO CIDADÃO (DEZ/97 A SET/98)

87 voltaram para suas famílias

15 foram para abrigos de outros municípios

320 crianças e adolescentes participaram do Programa

64 foram para abrigos da Kolping

14 voltaram para suas cidades de origem

Autora: Patrícia Laczynski de Souza.

Instituto Pólis- Rua Cônego Eugênio Leite, 433 - São Paulo - SP - Brasil
CEP 05414-010 - Telefone: (011) 853-6877 - Fax: (011) 852-5050 -
e-mail: polis@ax.apc.org